



Alenquer comemora 130 anos da elevação à categoria de Cidade

Por causa das endemias de sezão, da escassez de água nos dois estreitos canais da boca do rio Curuá e das dificuldades de comunicação, mas, principalmente, por causa da violenta animosidade entre os aldeados na *missão* do Curuá e os colonos portugueses do forte Pauxís (Óbidos), os *capuchos* franciscanos promoveram, antes de 1720, a *descida* ou *descimento* dos índios Barés ou Abarés, e outros do rio Trombetas, para um local “sadio e farto”, estrategicamente “desviado do concurso das canoas”, onde então se pensava ser um grande lago, e aí assentaram a *missão* do Surubiú ou Surubijus, consagrada a Santo Antônio.

Em 1758, o governador da Província do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dando forma ao plano do seu irmão, Dom Sebastião de Carvalho e Mello, o marquês de Pombal, ministro do rei Dom José I, de “secularizar as missões religiosas” e de “fundar na Amazônia um novo Portugal”, rebatizou as cidades da região com topônimos portugueses, oportunidade em que a *missão* do Surubiú passou a denominar-se Alenquer e recebeu o predicamento de *vila*, que inaugura a sua autonomia municipal.

Ao tempo do Império, “ódios políticos”, como diz Moreira Pinto no seu *Dicionário Histórico e Geográfico do Brasil*, “nascidos de rivalidades descabidas entre

as localidades”, levaram o Conselho do Governo da Província do Pará, presidido por José Joaquim Machado de Oliveira (a pretexto de dar cumprimento a uma disposição do Código Criminal do Império, de 1932, que



O presidente da Província do Pará, Manoel Pinto de Souza Dantas Filho, sancionou a Lei nº 1.050, de 10 de junho de 1881, que elevou Alenquer à categoria de Cidade.

mandava dividir as províncias em comarcas e termos, mas, na realidade, sem nenhuma justificativa plausível), a *cassar*, por ato de 14 de maio de 1833, a autonomia da vila de Alenquer, anexando o seu território ao de Santarém. Por ato do mesmo Conselho, datado de 17 de maio, nova violência foi perpetrada: a denominação de Alenquer, que lhe fora dada 75 anos antes por Mendonça Furtado, também foi abolida, passando a localidade a se chamar Surubiumirim.

(Na mesma oportunidade, Santarém voltou a se chamar Tapajós; Óbidos tornou-se de novo

Pauxís; Monte Alegre virou Gurupatuba, etc. etc.)

No governo de Bernardo de Souza Franco (o visconde de Souza Franco, que governou o Pará em dois períodos, entre 1839 e 1842), foram restabelecidos os topônimos portugueses dados por Mendonça Furtado em 1758 às vilas e povoados paraenses, ocasião em que foi restaurada a denominação de Alenquer, a qual permaneceu, entretanto, com a sua autonomia cassada por exatos quinze anos. A injustiça só foi, de fato, reparada, com a Lei nº 140, de 23 de junho de 1848, promulgada pelo presidente da Província do Pará, Jeronymo Francisco Coelho, que restabeleceu a autonomia municipal de Alenquer, mediante a restituição do seu predicamento de vila, “tendo por limites o do seu antigo município”.

Já no governo de **Manoel Pinto de Souza Dantas Filho**, foi sancionada a **Lei nº 1.050, de 10 de junho de 1881**, que elevou Alenquer à **categoria de Cidade**. Dois anos mais tarde, a Lei nº 1.145, de 29 de março de 1883, assinada pelo presidente da Província, general Rufino Enéas Gustavo Galvão (o então barão, e, depois, visconde de Maracaju), criou a comarca de Alenquer, “tendo por sede a cidade deste nome”. Desta forma, consolidou-se, definitivamente, a evolução político-administrativa do município de Alenquer.

1º aniversário de instalação do MCA – 4.600 visitantes em um ano

Fundado em 15 de março de 2010 pelos alenquerenses José Luiz Corrêa, Luiz Ismaelino Valente, Luiz Potyguara Martins de Siqueira e Roberto da Cruz Mesquita, o **MCA - Museu da Cidade de Alenquer** foi instalado no dia 10 de junho do mesmo ano. Em 12 meses de funcionamento, a presença de 4.600 visitantes com assinaturas lançadas no respectivo Livro comprova o seu mais absoluto sucesso. Para marcar o primeiro aniversário de instalação do Museu, o Conselho Curador está promovendo a **Oficina de Arte - Desenho & Pintura**, ministrada pelo sócio-fundador José Luiz Corrêa, no período de 6 a 17 de junho, na Loja Maçônica Fraternidade Alenquerense nº 11, à rua Pedro Vicente de Azevedo, destinada a estudantes da rede escolar de Alenquer (vagas limitadas). José Luiz Corrêa é um artista alenquerense que domina com maestria o desenho, a pintura (óleo e aquarela) e a escultura. Fez cursos de pintura com Benedicto Mello e Ruy Meira, dentre outros. Expôs individualmente no Museu da UFPA, nas Galerias Portinari e Teodoro Braga e participou de várias exposições coletivas em Belém.

O tiro que não calou o alto-falante *A Voz da Liberdade*

Nas eleições de outubro de 1955, o candidato da Coligação Democrática Paraense (CDP) ao governo do Estado do Pará foi o médico Epílogo de Campos, que disputou o pleito contra o general Magalhães Barata, do Partido Social Democrático (PSD). Para defender a candidatura de Epílogo, os “coligados” alenquerenses instalaram um serviço de alto-falante, com o nome de *A Voz da Liberdade*, na residência do português Manoel Moreira (na então denominada avenida Getúlio Vargas, antiga rua da Praia, depois rua da República e atual Benedicto Monteiro, mas sempre rua da Frente – ou *rodafrente* – na memória dos alenquerenses). A transmissão inaugural e festiva ocorreu em 8 de maio de 1955.

A primeira aparelhagem desse serviço sonoro era composta de um amplificador Sedan de 30 watts de potência, um toca-discos, da mesma marca, com braço de agulha individual (que tinha de ser trocada a cada disco) próprio para “bolachas” de 78 rpm, e dois projetores instalados num mastro de madeira acima dos telhados das casas: um direcionado ao bairro do Aníngal e o outro apontado para o bairro da Luanda.

Epílogo de Campos perdeu a disputa com Barata. Passado o pleito, a dona de casa Isolina D’Assumpção Lopes Valente assumiu a propriedade de *A Voz da Liberdade*, que passou a funcionar, a partir daí, primeiro no casarão de Colombiano Marvão, depois na casa da família Brito

Teixeira (construída em 1886 pelo coronel Ramiro Caetano Duarte), ambas na rua da Frente, e, mais tarde, na residência da sua proprietária, na Praça da Bandeira. Finalmente, *A Voz da Liberdade* ganhou estúdio próprio, construído, no início dos anos setenta do século passado, na travessa Arnaldo Moraes.

A Voz da Liberdade intitulava-se “a voz que canta e fala para a planície” (*slogan* copiado da PRC-5, Rádio Club do Pará, a mais famosa emissora de Belém na época), e, também, “a vanguarda dos grandes acontecimentos” e “uma organização sonora a serviço do povo e para o bem do povo”.

O seu primeiro prefixo foi o dobrado militar “Mocinho de Circo”, composição do maestro

paulista Lírío Panicalli (1906-1984), gravada, em 1955, em 78 rpm, pela famosa banda “A Lyra de Xopotó”, de grande sucesso na época, em lançamento da gravadora Sinter.

Posteriormente, o prefixo de *A Voz da Liberdade* passou a ser o dobrado militar “Saudades da Minha Terra”, composto, na última década do século XIX, durante a Revolução Federalista (1893-1895), pelo 1º sargento do 4º Batalhão de Infantaria do Exército Nacional sediado em São Gabriel (RS), maestro Luiz Evaristo Bastos, e gravado, nos anos sessenta do século XX, pela “Banda de Caetité” (da Bahia), em disco de vinil de 33 rpm (um LP ou *Long-play*), com o selo da gravadora Continental.

A Voz da Liberdade ia ao ar todos os dias, de manhã (das 08h30 às 10h00) e à tarde (das 15h00 às 16h30), ou, extraordinariamente, a qualquer momento. Em épocas de campanha eleitoral, o alto-falante funcionava, também, no período noturno, na casa da senhora Raimunda Camundá, na travessa Lauro Sodré, no bairro do Aningal, e era levado para as localidades do interior do município a fim de cobrir os comícios políticos dos partidários do esposo da proprietária, senhor José Rafael Valente. Frequentes, e, muitas vezes, violentos, eram os embates de *A Voz da Liberdade* com o *Sonoro Guarany*, serviço de alto-falante do Partido Social Democrático (PSD). Na quadra

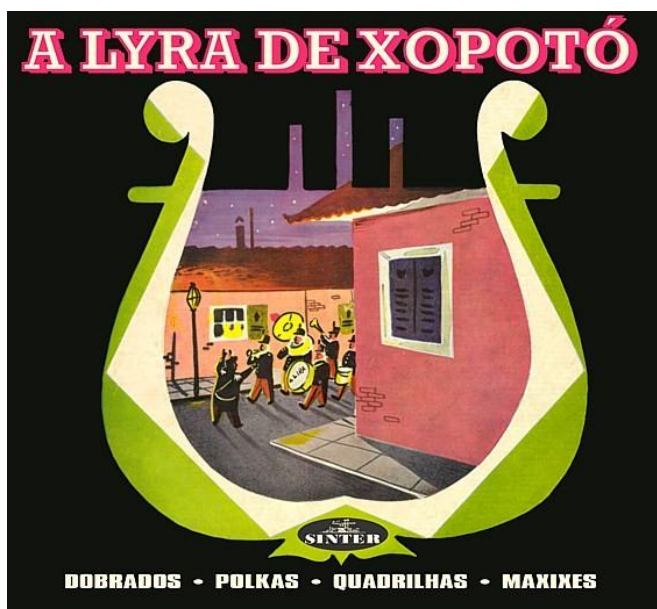
junina, o alto-falante transmitia direto de seu estúdio provisório no arraial de Santo Antônio.

A Voz da Liberdade integrou-se inteiramente, por quase duas décadas e meia, ao cotidiano dos alenquerenses. O escritor Benedicto Monteiro a menciona em seus romances (como em *A Terceira Margem*, Ed. Marco Zero, 1983, pags. 136 e 175). Os principais locutores, ao longo dos seus vinte e quatro anos de existência, foram: Carlito Moreira, Emanuel Melo, Tereza Cordeiro, Rômulo Gonçalves, Edivaldo

eram noticiados ao som de “Ave Maria”, de Charles Gounod (1818-1893). Permanecem na memória do povo de Alenquer os programas artísticos e os shows de calouros que o alto-falante retransmitia. Cantoras como Ivanilde Valente e as irmãs Terezinha e Lourdes Sobral apresentavam-se “ao vivo” acompanhadas por Milton Souza ao violão e pelo mestre Dorival no cavaquinho.

Com o advento do movimento militar de 31 de março de 1964, o estúdio de *A Voz da Liberdade* foi invadido por soldados da Aeronáutica acantonados em Alenquer, à procura do disco compacto de 45 rpm com o “Hino do Internacional”, de um lado, e o “Canto do Lavrador”, do outro lado, ambos de autoria de Benedicto Monteiro, então perseguido pelos militares nas matas do rio Curuá. O “Canto do Lavrador” era profusamente tocado pelo alto-falante nos meses anteriores ao golpe. Os militares queriam, com a apreensão do disco, produzir “prova material” do “crime” imputado ao deputado: a sua

“militância comunista”. Com a truculência própria do período, os militares reviraram o estúdio e danificaram discos e equipamentos. Dona Isolina Valente e o locutor Raimundo Santos foram várias vezes conduzidos, sob a escolta de metralhadoras, para deporem perante as autoridades militares e intimados a entregar o compacto com o “hino subver-



A banda *A Lyra de Xopotó* gravou, em 1955, pelo selo Sinter, o dobrado militar “Mocinho de Circo”, composto pelo maestro Lírío Panicalli, que se tornou o primeiro prefixo de *A Voz da Liberdade* em Alenquer.

Militinho dos Santos, Antônio Rafael da Silva, Pedro Rafael da Silva, Edilson Marinho, Terezinha Patrício, Nely Simões e Raimundo Inezinho Santos.

Além do noticiário em geral, *A Voz da Liberdade* veiculava regularmente publicidade comercial e anunciava os fatos sociais mais importantes da cidade. Os eventos fúnebres, como falecimentos, enterros e missas de sétimo dia,

sivo” de Benedicto Monteiro. A dona do alto-falante, entretanto, jamais cedeu à pressão dos soldados e ainda troçava, sem querer, dos milicos, entregando-lhes outros discos semelhantes, como os do conhecido cantor gaúcho Vitor Mateus Teixeira (1927-1985), o “Teixeirinha”, com a ingênua e, dadas as circunstâncias, perigosa indagação – “Não é este que os senhores querem?” Na segunda metade dos anos sessenta do século passado *A Voz da Liberdade* sofreu seu único atentado à bala. Mas o ataque não teve qualquer conotação política, como, a princípio, se supôs em face às acirradas disputas eleitorais travadas com o alto-falante do PSD. Eis o fato verdadeiro: um cidadão, que morava bem em frente ao estúdio de *A Voz da Liberdade*, na residência de um comerciante,

para quem trabalhava como piloto de “teco-teco”, incomodado com o alto volume do som da aparelhagem, e, segundo ele, sob a influência de eflúvios etílicos, desfechou um tiro de revólver que varou um dos projetores do alto-falante (que agora integra o acervo do Museu da Cidade, doado pela família de sua proprietária). Obviamente, o tiro certo não calou *A Voz da Liberdade*. A autoria do atentado ficou incógnita vários anos. Em 1972, o dito cidadão (que depois se tornou juiz de Direito numa das comarcas do baixo Amazonas, em cujo cargo faleceu, razão pela qual não se declina o seu nome) contou, às gargalhadas, a sua participação no episódio, ao seu colega de turma da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará, o chimango Luiz Ismaelino Valente, justa-



Projektor do serviço de alto-falante *A Voz da Liberdade*, de Alenquer, que, no final dos anos sessenta do século XX, sofreu um atentado à bala e hoje faz parte do acervo do MCA. Mas o ataque não teve conotação política.

mente um dos filhos da proprietária de *A Voz da Liberdade* e atualmente editor deste boletim cultural digital. A verdade custou, mas um dia veio à tona.

(Re)descobrimo F. Gomes de Amorim (VI) – O lago Curumu

“ – Até que enfim torno a ver-te, meu lago do Curumu!... Ah! Quantas vezes estive em risco de não beber mais da tua água!”

Monólogo de Brás ou Joaquim, índio mura e cabano, um dos personagens principais do drama “O CEDRO VERMELHO”, de FRANCISCO GOMES DE AMORIM (encenado em 1856 no Teatro Dona Maria II em Lisboa e editado em forma de livro em 1874).



Lago Curumu – Alenquer/Pará – 01/05/2011